

## **ESCALA GEOGRÁFICA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: DA DEPENDÊNCIA A CONSTRUÇÃO ATIVA DA EMANCIPAÇÃO**

**Valmir José de Oliveira Valério<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Faculdade de Ciências e Tecnologias/FCT – UNESP  
Presidente Prudente.  
E-mail: valjvalerio@yahoo.com.br

### **Resumo**

Este artigo tem como substrato os conceitos de escala geográfica, campesinato e soberania alimentar, com os quais busco demonstrar a importância do controle da escala na conquista da autonomia e do fortalecimento da família camponesa. Emancipado de uma perspectiva puramente matemática, o conceito de escala permite aprofundar as reflexões para além da abordagem cartográfica de relações de medidas e proporções para considerar diferentes dimensões intrínsecas aos fenômenos socioespaciais. Nesse sentido, o debate da escala pressupõe considerá-la a partir das relações sociais responsáveis pela sua materialização, ou seja, a escala como um constructo fundamentalmente social. Dessa maneira, quero demonstrar como o campesinato, por meio da produção ativa da escala, pode acionar variadas estratégias de produção e transporte para ampliar as escalas de comercialização da produção, superar a dependência em relação aos atravessadores e, assim, estabelecer relações de proximidade com base nos princípios da soberania alimentar, sobretudo em relação à produção e distribuição nas escalas local e regional.

**Palavras-chave:** Escala geográfica; Campesinato; Soberania alimentar; Dependência; Emancipação.

### **GEOGRAPHICAL SCALE AND FOOD PRODUCTION: FROM DEPENDENCE TO THE ACTIVE CONSTRUCTION OF EMANCIPATION**

### **Abstract**

This article has as substrate the concepts of geographic scale, peasantry and food sovereignty, with which I try to demonstrate the importance of scale control in the conquest of autonomy and the strengthening of the peasant family. Emancipated from a purely mathematical perspective, the concept of scale allows to deepen the reflections beyond the cartographic approach of relations of measures and proportions to consider different dimensions intrinsic to the socio-spatial phenomenon. In this sense, the scale debate presupposes considering it from the social relations responsible for its materialization, that is, the scale as a fundamentally social construct. In this way, I want to demonstrate how the peasantry, through the active production of scale, can trigger varied strategies of production and transportation for increase the commercialization of production, overcome the dependence on the middlemen, and thus establish relationships of proximity, based on the principles of food sovereignty, especially in relation to production and distribution at the local and regional scales.

**Keywords:** Geographical scale; Peasantry; Food sovereignty; Dependence. Emancipation.

### **ESCALA GEOGRÁFICA Y PRODUCCIÓN DE ALIMENTOS: DE LA DEPENDENCIA A LA CONSTRUCCIÓN ACTIVA DE LA EMANCIPACIÓN**

### **Resumen**

Este artículo tiene como substrato los conceptos de escala geográfica, campesinado y la soberanía alimentaria, con los cuales busco demostrar la importancia del control de la escala en la conquista de la autonomía y el fortalecimiento de la familia campesina. Emancipado de una perspectiva

*Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 03, v.08, p. 20-40, mês dez. Ano 2018.*

**ISSN:** 1984-1647

puramente matemática, el concepto de escala permite profundizar las reflexiones para más allá del enfoque cartográfico de las relaciones de medidas y proporciones para considerar diferentes dimensiones intrínsecas a los fenómenos socio espaciales. En este sentido, lo debate de la escala presupone considerarla desde las relaciones sociales responsables por la su materialización, o sea, la escala como una construcción fundamentalmente social. De esta manera, demuestro cómo el campesinado, a través de la producción activa de la escala, puede accionar una variedad de estrategias de producción y transporte para ampliar las escalas de comercialización de la producción, superar la dependencia de los intermediarios y así establecer relaciones estrechas basadas en los principios de la soberanía alimentaria, especialmente en lo que respecta a la producción y distribución en la escala local y regional.

**Palabras clave:** Escala geográfica; Campesinado; Soberanía alimentaria; Dependencia; Emancipación.

## **Introdução**

Neste artigo, tenho como objetivo demonstrar a importância do controle da escala na luta pela conquista da autonomia e do fortalecimento da família camponesa. Para tanto, realizo uma breve revisão bibliográfica acerca dos conceitos de escala geográfica, campesinato e soberania alimentar. Emancipado de uma perspectiva puramente matemática, o conceito de escala permite aprofundar as reflexões para além da abordagem cartográfica de relações de medidas e proporções para considerar diferentes dimensões e contradições intrínsecas aos fenômenos socioespaciais.

De tal modo, analiso a escala como um constructo fundamentalmente social, ou seja, originado a partir das relações sociais responsáveis pela sua materialização. Como expressão geográfica de processos sociais eminentemente contraditórios de competição e cooperação, a produção da escala geográfica permite analisar a disputa social pelo estabelecimento de fronteiras entre diferentes espaços (SMITH, 2000). Assim, para a análise do campesinato e da maneira como este articula a sua produção em relação ao tamanho do seu estabelecimento e, principalmente, como são construídas as respectivas escalas de comercialização, considerarei a produção da escala como arcabouço de possibilidades de resistência e emancipação, no bojo da abordagem proposta por Smith (2000).

Para tanto, apresento algumas das características que definem o campesinato e a soberania alimentar, assim como as possibilidades colocadas pelo controle da escala no bojo da produção e abastecimento alimentar. Com o intuito de compreender os significados geopolíticos da produção e distribuição de alimentos no âmbito da história do capital, apresento ainda o conceito de regime alimentar (MCMICHAEL, 2014), por meio do qual é possível verificar como o controle do movimento dos alimentos na escala

internacional dá sustentação à dinâmica de acumulação do capital e, como tudo isso impacta na desestruturação das economias familiares camponesas.

Além disso, quero demonstrar como o campesinato, por meio do acionamento de variadas estratégias de produção e transporte, pode encontrar um ponto de equilíbrio entre a diversidade de tipos cultivados e a quantidade a ser plantada de cada produto em relação ao tamanho do seu estabelecimento em cada período do ano, de maneira a ampliar as escalas de comercialização da produção, superar a dependência em relação aos atravessadores e, assim, estabelecer relações de proximidade com base nos princípios da soberania alimentar, sobretudo em relação à produção e distribuição nas escalas local e regional.

O processo de produção ativa da escala se dá, portanto, desde o modo como o camponês resolve a equação quantidade *versus* diversidade em relação às dimensões do seu estabelecimento, até as estratégias e recursos utilizados para “saltar” as escalas impostas pelo sistema hegemônico de produção e abastecimento alimentar. O encontro entre produtores e consumidores consolida o território da soberania alimentar em uma determinada parcela do espaço, um território-rede estruturado na articulação entre sujeitos que, mais que relações de interesse meramente comercial, constroem ativamente a escala da própria soberania em relação ao controle dos fluxos alimentares (VALÉRIO, 2015).

De tal modo, apresento a seguir os principais contornos acerca do conceito de escala, com ênfase na distinção entre a expressão quantitativa da escala (escala cartográfica) e a escala enquanto produto das relações em sociedade (escala geográfica). Nesse sentido, analiso a escala como produtora ativa de processos sociais específicos e também contraditórios, cuja produção e reprodução projetam as disputas pelo controle de parcelas do espaço (SMITH, 2000).

### **Escala *cartográfica* e escala *geográfica*: da projeção de medidas à construção social da escala**

A abordagem do conceito de escala nos debates da Geografia projeta, inicialmente, uma alusão à expressão quantitativa da escala, ou seja, a **escala cartográfica**, cuja potencialidade teórica e conceitual é geralmente pouco explorada ou mesmo negligenciada. Definida apenas como relação de proporção entre o real e o representado, a escala não ultrapassa uma projeção matemática de medidas. Nessa concepção, Robinson (1960 apud Bahiana 1986, p. 28) argumenta que como os mapas possuem medidas

necessariamente diferentes daquelas das áreas mapeadas, a sua utilização pressupõe a existência de relações de “proporção entre medidas comparáveis” e, a isso, denominamos como escala.

Ao distinguir a escala cartográfica da escala geográfica, Souza (2013) afirma que a primeira consiste na relação matemática entre as dimensões de um objeto no mundo real e as suas dimensões no desenho que representa esse objeto. A escala cartográfica pode ser expressa como escala numérica, cuja proporção é apresentada como uma fração, na qual o denominador diz respeito à distância no terreno e o numerador, ao seu equivalente no mapa. Dessa maneira, no âmbito da escala cartográfica, quanto maior o denominador, menor será a escala e maior a área abrangida. Contrariamente, quanto menor o denominador, maior a escala e menor a área compreendida na representação. Como consequência disso, “quanto menor for a escala, mais ‘elevado’ o ponto a partir do qual se observa e representa o terreno, e menor a quantidade de detalhes” (SOUZA, 2013, p. 180). De maneira diferente, quanto maior for a escala, mais baixo o ponto a partir do qual a observação é realizada e representada e, também, maior o número de detalhes observados (SOUZA, 2013).

Já a **escala geográfica** se relaciona não com uma fração da superfície representada, mas “com a própria extensão ou magnitude do espaço que se está levando em conta” (SOUZA, 2013, p. 181). O autor chama a atenção para o fato de que, nas pesquisas socioespaciais, a afirmação de que determinados fenômenos se dão em “grande escala” não implica na consideração de extensões restritas do espaço, como acontece na “grande escala” cartográfica, mas sim na projeção de grandes áreas, cuja representação pressupõe pequenas escalas cartográficas. Souza (2013) propõe que a escala geográfica deve ser subdividida em três escalas: do fenômeno, da análise e da ação. A **escala do fenômeno** diz respeito “a sua abrangência física no mundo” (SOUZA, 2013, p. 181); a **escala de análise** se refere à construção intelectual de um nível analítico suficientemente adequado “a apreensão de características relevantes de alguma coisa que estejamos investigando ou tentando elucidar” (SOUZA, 2013, p. 182). Já a **escala de ação** é aquela relacionada a aspectos específicos e eminentemente políticos, relacionados a formas de raciocínio estratégico sobre o alcance espacial das práticas sociais (SOUZA, 2013).

Enquanto recurso matemático fundamental da cartografia, a escala corresponde a “uma fração que indica a relação entre as medidas do real e aquelas da sua representação gráfica” (CASTRO, 2000, p. 117). Conforme nos indica a autora, liberto dessa perspectiva

puramente matemática, o conceito de escala permite aprofundar as reflexões para além da abordagem cartográfica de relações de proporção para considerar “a representação dos diferentes modos de percepção e de concepção do real” (CASTRO, 2000, p. 118), substrato para o entendimento do conceito de escala geográfica. Derivada da complexidade do espaço geográfico e, conseqüentemente, das diferentes dimensões e medidas provenientes dos fenômenos socioespaciais, a escala geográfica traz em si a expressão de processos fundamentalmente associados à realidade humana. Não obstante, de acordo com Racine, Raffestin e Ruffly (1983), todas as observações consideram ao mesmo tempo as duas escalas (cartográfica e geográfica), “que certamente estão em correspondência” (RACINE; RAFFESTIN; RUFFLY, 1983, p. 129).

Na Geografia, a análise e compreensão dos fenômenos requer especificar os espaços na escala em que os mesmos são percebidos, pois, articulado a uma determinada escala, o fenômeno adquire um sentido particular (CASTRO, 2000). Dito de outro modo, “a escala dá visibilidade ao espaço mediante sua representação [...], a medida que confere visibilidade ao fenômeno” (CASTRO, 2000, p. 123). Nesse sentido, enquanto a escala cartográfica expressa a representação do espaço como relações geométricas de medidas e proporções, a escala geográfica manifesta a representação das relações que as sociedades estabelecem com tais formas (RACINE; RAFFESTIN; RUFFLY, 1983).

Complexo e multifacetado, enquanto totalidade o real é impossível de ser apreendido. Diante disso, a escala se apresenta como “uma estratégia de apreensão da realidade” (CASTRO, 2000, p. 127) que torna possível especificar as dimensões de ocorrência, observação e análise mais apropriadas para o entendimento do fenômeno em questão. Segundo a autora, a escala corresponde sim a uma medida, não necessariamente do fenômeno, mas aquela selecionada “para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo. Não é possível, portanto, confundir a escala, medida arbitrária, com a dimensão do que é observado” (CASTRO, 2000, p. 127). Enquanto abordagem necessariamente fragmentada do real, a escala não se refere apenas a medidas de tamanho e representação gráfica, mas às possibilidades de superação dos limites métrico/matemáticos. Para tanto, a autora propõe ir além da “ideia de que a escala se esgota como projeção gráfica” e, além disso, “pensar a escala como uma aproximação do real, com todas as dificuldades que esta proposição contém” (CASTRO, 2000, p. 130).

Ullmo (1969 apud Castro, 2000), indica que, analisado a partir de diferentes instrumentos e escalas, um mesmo fenômeno manifesta aspectos particulares a cada uma

delas. Não obstante, situar-se em uma determinada escala implica renunciar ao que se passa em todas as outras escalas possíveis, pois “a escala de observação cria o fenômeno”. Ou seja, “o que é visível no fenômeno e que possibilita sua mensuração, análise e explicação depende da escala de observação” (CASTRO, 2000, p. 131). Nesse sentido, a autora afirma não haver uma escala mais ou menos importante ou adequada, pelo fato de a realidade estar contida na totalidade das escalas possíveis. A escala não decompõe o real, somente possibilita a sua apreensão como “artifício analítico que dá visibilidade ao real” (CASTRO, 2000, p. 133).

Pelo fato de que o real apenas pode ser apreendido por meio da fragmentação e representação, a escala é uma prática de observação e elaboração de um **mundo possível**. A escala é, assim, uma escolha da maneira de dividir o espaço, uma realidade percebida e concebida que projeta uma representação, um enfoque que modifica a maneira de perceber a natureza deste espaço, “um conjunto de representações coerentes e lógicas que substituem o espaço observado”. As escalas determinam “modelos espaciais de totalidades sucessivas e classificadoras (CASTRO, 2000, p. 136).

Ao abordar expressões como o “local”, o “regional”, o “nacional” e o “internacional”, Souza (2013) adverte que, sob pena de concebermos os “níveis de análise” como dados por si mesmos e “independentemente da construção do objeto por parte do analista” (SOUZA, 2013, p. 187), a análise dos processos e práticas concretos pressupõe que consideremos a forma como se constroem historicamente as ações e os discursos relativos a tais expressões. Nesse sentido, as escalas não são “dadas”, mas sim “arrancadas” da realidade no processo de construção do objeto de conhecimento por parte do pesquisador” (SOUZA, 2013, p. 188). Ou seja, a escala não compreende uma categoria preexistente e prontamente disponível para ser aplicada, mas “um modo de contextualizar concepções da realidade” (MARSTON, 2004, p. 173 apud SOUZA, 2013, p. 191). De tal modo, múltiplas escalas estabelecem e são estabelecidas por meio de estruturas históricas e geográficas de interações sociais, o que dá respaldo teórico e sentido concreto à expressão **construção social da escala**.

Enquanto mediadora das configurações observadas, a escala tem por base alguns princípios operacionais de análise dos fenômenos, tais como: agrupamento, concentração, dispersão, homogeneidade e heterogeneidade. Como regra geral, “a tendência à homogeneidade cresce na razão inversa da escala” (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983), assertiva válida tanto para a escala cartográfica, como também para a escala

geográfica. Nesse sentido, homogeneidade e concentração compõem extremos passíveis de serem assinalados através da utilização das escalas. Para os autores, o problema da escala coloca o problema da validade da relação entre os fenômenos observados e os atributos associados a eles. Assim, cada estudo deve ser posto na perspectiva correta, ou seja, “dentro de seu campo de pertinência”, não apenas no que diz respeito à área selecionada, “mas também em relação ao tipo de dados utilizados na análise” (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983, p. 125).

Segundo Racine, Raffestin e Ruffy (1983, p. 127), caso não utilizássemos a noção de escala, seríamos engolidos pela “corrente de percepções que nos assaltam ininterruptamente”. Desse modo, impõe-se um processo de “**esquecimento coerente**” que possibilita compreender a escala como um filtro que, em que pese o fato de “empobrecer” a realidade, “preserva aquilo que é pertinente em relação a uma dada **intenção**” (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983, p. 128) (Grifos meus). Nessa compreensão, a escala se coloca como mediadora entre intenção e ação, o que acrescenta a problemática da ação e do poder. Pelo fato de que nenhuma ação é possível sem que exista uma prévia representação, o que diferencia e torna específicas as representações deriva do domínio da escala, posto que o poder sobre as coisas depende de uma representação apropriada dos conjuntos de objetos considerados. De tal modo, a escolha de uma representação tem por base a relação de poder estabelecida, tendo em vista “os recursos disponíveis e os custos que se pode aceitar [...]. O domínio das escalas é, portanto, um elemento prévio a toda a ação” (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983, p. 134).

Para Smith (2000), a construção da escala geográfica permite conceber a diferenciação espacial, ao passo que a sua compreensão oferece uma linguagem mais adequada dessas diferenças. Enquanto constructo social, “a produção da escala geográfica é um lugar de luta política potencialmente intensa” (SMITH, 2000, 139). Nesse sentido, o autor define a escala como expressão geográfica de processos sociais fundamentalmente contraditórios de competição e cooperação, cuja produção e reprodução expressa a disputa social pelo estabelecimento de fronteiras entre diferentes espaços. De tal modo, a escala é um parâmetro de diferenciação, não apenas entre lugares, mas, sobretudo, entre tipos diferentes de lugares. Mais que isso:

A escala é um progenitor ativo de processos sociais específicos. [...] a escala *contém* a atividade social e, ao mesmo tempo, proporciona uma geografia já dividida em compartimentos, na qual a atividade social *tem lugar* [...]. É a escala geográfica que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado. [...] a

escala geográfica é hierarquicamente produzida como parte das paisagens sociais e culturais, econômicas e políticas [...], a escala é produzida ativamente (SMITH, 2000, p. 143-144). (Grifos do autor)

Nessa compreensão, a escala é afirmada como produto social, produzida e produtora de relações de poder que, ao estabelecer fronteiras, manifesta sua natureza ambígua, de modo que a escala pode representar tanto um meio de restrição e exclusão que impõe identidades homogêneas, como também um tipo de “arma de expansão e de inclusão, um meio de ampliar as identidades” (SMITH, 2000, p. 157).

Após sugerir um conjunto de sete escalas de análise (corpo, casa, comunidade, cidade, região, nação e globo), não na forma de “uma separação rígida de esferas espaciais”, mas como “conexão social ativa das escalas”, Smith (2000, p. 144) propõe que cada escala deve considerar no mínimo **quatro aspectos**: 1) a identidade, relativa às características que particularizam uma determinada escala em relação às outras; 2) as diferenças internas; 3) as fronteiras com as demais escalas e 4) “as possibilidades políticas de resistência inerentes à produção de escalas específicas, a revogação de fronteiras, o ‘saltar escalas’”.

Nesse sentido, para a análise do campesinato e da forma como este articula a sua produção em relação ao tamanho do seu estabelecimento e, principalmente, como são construídas as respectivas escalas de comercialização, considerarei a produção da escala enquanto fonte de possibilidades de resistência, de acordo com a proposta de Smith (2000). Assim, apresento em seguida algumas das características que definem o campesinato e a soberania alimentar, assim como as possibilidades concretas colocadas pelo controle da escala no âmbito da produção e distribuição de alimentos.

### **Campesinato e soberania alimentar: da produção capitalista de formas não capitalistas de produção à construção da autonomia camponesa**

De acordo com Oliveira (2001), o campesinato constitui um tipo de relação não capitalista de produção criada e recriada pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, o modo capitalista de produção “além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução” (OLIVEIRA, 2001, p. 48). Assim, no âmbito da expansão das relações capitalistas de produção na agricultura, o desenvolvimento se dá, principalmente, através da “sujeição da renda da terra ao capital” (OLIVEIRA, 2001, p. 48). Isso ocorre pela compra da terra, seja para explorar ou vender, ou mesmo através da imposição de mecanismos de subordinação da produção camponesa

à lógica capitalista. Para o capital, o mais importante “é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra” (OLIVEIRA, 2001, p. 49).

Produto de um movimento contraditório e desigual, o desenvolvimento do modo capitalista de produção traz em si aspectos aparentemente contraditórios, fazendo surgir, a partir da implantação do trabalho assalariado, relações de trabalho *não capitalistas*<sup>1</sup> (OLIVEIRA, 2001). Essa existência de relações não capitalistas internamente ao domínio das relações capitalistas de produção proporciona ao capitalista uma “economia” com investimentos em mão de obra, associada à retenção de parte do fruto do trabalho não capitalista, convertida posteriormente em dinheiro, o que materializa “a metamorfose da renda da terra em capital” (OLIVEIRA, 2001, p. 18).

Portanto, para que a produção do capital seja possível, o próprio capital cria e recria relações não capitalistas e com elas a possibilidade do surgimento de novos capitalistas via acumulação e incorporação das técnicas e instrumentos do aparato tecnológico industrial. Isso porque, produzindo além das necessidades de manutenção da família, essa passa a acumular dinheiro, que pode ser utilizado tanto para a compra de mais terras, como para a contratação de trabalhadores assalariados, em substituição à mão de obra familiar que, nesse caso, passa a destinar-se às tarefas de administração e comercialização de uma produção não mais de base familiar, mas que caminha para a consolidação de um tipo de “pequeno capitalista” (OLIVEIRA, 2001, p. 21).

Além disso, características como a flexibilidade de adaptação, a prioridade de manutenção do seu modo de vida em relação à acumulação, a existência de sistemas de ajuda mútua, assim como toda uma variedade de alternativas encontradas para a questão “de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que

---

<sup>1</sup> Para Luxemburg (1985) é o próprio capitalismo que trata de assegurar as condições para que seja possível a constante recriação de *formas não capitalistas de produção*. De acordo com a autora, o desenvolvimento capitalista não se limita ao processo de reprodução das relações capitalistas de produção, posto que o mesmo necessita subordinar relações não capitalistas (como a produção camponesa) para que se efetive a reprodução ampliada do capital. Por conseguinte, para que a acumulação se realize, os capitalistas devem encontrar compradores para as suas mercadorias. Porém, estes compradores devem estar além dos próprios capitalistas, pois sem isso ficariam indefinidamente comprando uns dos outros, sem ativar o processo de acumulação do capital. Enquanto processo de ampliação da produção capitalista, a acumulação do capital não pode se realizar apenas no âmbito de objetos de luxo destinados ao consumo da própria classe capitalista, pois isso constituiria um “círculo vicioso interminável” e, assim, não teríamos uma produção capitalista, mas uma “produção pela produção, o que, do ponto de vista do capital, não passará de completo contra-senso” (LUXEMBURG, 1985, p. 333). Assim considerada, a produção do capital nunca é decorrente de relações especificamente capitalistas, fundadas no trabalho assalariado e no capital, pois estas constituem apenas o processo de **reprodução ampliada** do capital. A **produção** do capital, diferentemente, compõe uma espécie de acumulação primitiva permanente e imprescindível ao seu desenvolvimento (OLIVEIRA, 1986).

sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar” (SHANIN, 2008, p. 25-26). De acordo com o autor, não há como compreender a economia nas sociedades capitalistas sem levar em consideração o apoio das **economias familiares não capitalistas** na manutenção desse sistema.

Contrariamente aos que pensam a totalidade dos fenômenos econômicos nos termos da economia capitalista, Chayanov (1981) afirma não ser possível progredir no pensamento econômico apenas com categorias capitalistas, pelo fato de que uma vasta área “da vida econômica (a maior parte da esfera de produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada” (CHAYANOV, 1981, p. 133-134). Nesse sentido, a agricultura de maneira geral e, a produção e distribuição de alimentos de maneira específica, compõem o fundamento no qual são lançadas variadas estratégias de cooptação e exploração dessas economias não capitalistas, como a economia familiar camponesa, pelo desenvolvimento capitalista.

De tal modo, o **regime alimentar** e a história do capital podem ser compreendidos como mutuamente condicionantes, no contexto de “ordens agroalimentares que, ao mesmo tempo, moldam e são moldadas pela dinâmica da acumulação” (MCMICHAEL, 2014, p. 16). O regime alimentar define uma ordem capitalista mundial comandada por regras que dão sustentação à produção e ao consumo de alimentos (FRIEDMANN, 1993 apud MCMICHAEL, 2014), de maneira a “organizar agriculturas para suprir mão de obra e/ou consumidores de modo a reduzir custos salariais e aumentar a lucratividade” (MCMICHAEL, 2014, p. 16).

Formulado originalmente por Friedmann (1987) a partir de um estudo sobre a ordem alimentar internacional no contexto pós Segunda Guerra Mundial, o conceito de regime alimentar combina o conceito de sistema-mundo de Wallerstein (1974) com o conceito de regulação da acumulação do capital de Aglietta (1979), de maneira a situar a ascensão e o declínio das agriculturas no âmbito da “história geopolítica do capitalismo” (MCMICHAEL, 2014, p. 07-08). O autor aponta três regimes alimentares identificáveis desde 1870 até a atualidade: o primeiro regime alimentar (1870-1930) diz respeito ao projeto britânico assentado no *workshop of the world*, que ligava a riqueza do capitalismo industrial emergente a territórios coloniais utilizados para obtenção de fontes baratas de abastecimento alimentar.

O segundo regime alimentar (1950-1970) se caracteriza pelo sistema de “ajuda alimentar”, criado pelo governo dos Estados Unidos com o objetivo de estabelecer alianças estratégicas com países pós-coloniais no âmbito da Guerra Fria, além do desenvolvimento de mercados e oportunidades sintonizados ao seu modelo agroindustrial intensivo. Produtos da vigência de políticas agrícolas de subsídio, os excedentes alimentares estadunidenses impulsionavam um programa de apoio à produção de alimentos de baixo custo que contribuía com a manutenção de baixos salários para os trabalhadores assalariados, além assegurar “lealdade anticomunista e mercados imperiais” (MCMICHAEL, 2014, p. 13).

Já o terceiro regime alimentar (1980-2000) se caracteriza principalmente pela “revolução dos supermercados”, com a integração de cadeias de abastecimento diferenciadas na escala do globo, nas quais os alimentos são subdivididos em “itens de qualidade e itens padronizados”, destinados ao suprimento de “dietas de classe bifurcadas” (MCMICHAEL, 2014, p. 13).

Cada regime alimentar orienta uma conjuntura histórica específica, na qual as regras hegemônicas “definem uma relação de abastecimento alimentar com preço mundial administrado” (MCMICHAEL, 2014, p. 17). Em cada regime, a configuração de poder é bastante distinta. Porém, o elemento unificador é a organização da produção e circulação de alimentos na escala mundial, o que dá sustentação à dinâmica de acumulação. O regime alimentar é introduzido mediante variadas formas de cercamento que alteram radicalmente as relações ecológicas, substituindo processos locais por processos cada vez mais mundializados, “obstruindo futuros locais em prol de um futuro capitalista impulsionado por um mercado variável e instável em vez de necessidades socioecológicas duradouras” (MCMICHAEL, 2014, p. 17).

Enquanto relação global de valor por excelência, o regime alimentar tem por base o controle dos preços e a “incorporação de relações locais de consumo e recursos locais de alimentos aos circuitos globais” (MCMICHAEL, 2014, p. 78). Uma das grandes contradições do regime alimentar corporativo está no fato de que, apesar de se apresentar como pressuposto para a efetivação da segurança alimentar, conduz populações inteiras à miséria via exercício do poder de monopólio (MCMICHAEL, 2014, p. 78).

Assim, a “exportação da privação” sintetiza perversas consequências do livre comércio e da integração global dos mercados de alimentos, o que repercute na imposição de um subconsumo aos habitantes dos países colonizados, condição do desenvolvimento

metropolitano e do excesso de consumo característico deste. Contradição fundamental do atual regime alimentar corporativo, a crise agrária global se aprofunda e exige a construção de novas relações alimentares. Diante disso, o movimento pela **soberania alimentar** argumenta que o caminho para o estabelecimento de relações alimentares emancipadas da exploração capitalista está na valorização dos recursos e potenciais locais para a produção e comercialização de alimentos nas escalas local e regional (MCMICHAEL, 2014).

A soberania alimentar constitui uma proposta derivada das ações dos movimentos camponeses articulados pela Via Campesina em que a base fundamental está no **controle local e regional da produção e distribuição de alimentos**. Na definição original (VIA CAMPESINA, 1996), além do controle dos fluxos alimentares (dimensão dos circuitos espaciais e das distâncias percorridas pelos alimentos) pelo campesinato local e regional, impõe-se considerar as condições de acesso à terra e à água, o controle das sementes, da renda gerada, da utilização de processos agroecológicos, além da qualidade, diversidade e adaptabilidade dos gêneros alimentícios às diversas condições edafoclimáticas e culturais dos povos.

Não obstante, abordo a soberania alimentar a partir de uma perspectiva **parcial**, ou seja, limitada à dimensão dos circuitos espaciais e das distâncias percorridas pelos alimentos, o que permite, em que pesem as limitações de uma análise restrita aos deslocamentos da comida, apreender a lógica espacial ditada pelo sistema alimentar hegemônico em um dado território. Nesse entendimento, faz-se necessário uma advertência. A **abordagem parcial** da soberania alimentar não implica na fragmentação do conceito ou na sua reformulação, mas sim no direcionamento da análise a partir dos sujeitos e territórios subentendidos ao movimento dos alimentos no espaço (VALÉRIO, 2015).

Quando me refiro ao movimento dos alimentos no espaço, não quero com isso restringir o espaço à dimensão das distâncias, mas enfatizar a importância da identificação dos circuitos espaciais e das distâncias percorridas pelos alimentos que abastecem determinado recorte territorial na caracterização do sistema alimentar hegemônico. Os circuitos espaciais de produção dizem respeito às diferentes etapas pelas quais passam determinados produtos, “desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final” (SANTOS, 1996, p. 49). Com base nessa definição, denominarei como circuitos alimentares a totalidade das etapas pelas quais passam os alimentos (incluídas as etapas pré-plantio) desde o campo até o consumidor final (VALÉRIO, 2015).

Soberania pressupõe controle. Logo, produzir os alimentos necessários ao abastecimento da população de um determinado país na escala nacional não implica, necessariamente, na existência da soberania alimentar, ainda que a análise esteja restrita à dimensão do movimento dos alimentos no espaço. Isso porque só existe a soberania alimentar quando o **controle dos fluxos alimentares** está com o campesinato nas diversas escalas locais e regionais e não a serviço do lucro dos atravessadores do capital comercial, como ocorre na maior parte do território brasileiro. A escala regional é, nesse caso, definida pela relação direta entre produtores e consumidores, pois, além da escala local (de um município, por exemplo) os agricultores podem comercializar a sua produção nos municípios imediatamente mais próximos, na proporção dos recursos que os mesmos dispõem para levar seus produtos até outros mercados consumidores (feiras-livres, mercados populares, entre outros), sem a participação de atravessadores (VALÉRIO, 2015). O controle da escala se impõe, assim, como imperativo ao estabelecimento de relações suficientemente capazes de emancipar a pequena produção camponesa das amarras do capital comercial e industrial, como veremos adiante.

### ***Escala e poder: da dependência à produção ativa da emancipação***

Na minha compreensão, a vigência da soberania alimentar (na dimensão dos circuitos alimentares e das distâncias percorridas pelos alimentos) proporciona uma relação direta entre produtores e consumidores, de maneira que sejam satisfeitas condições favoráveis tanto para um, quanto para o outro. Ao comercializar diretamente com os consumidores, os agricultores obtêm melhores preços e incorporam a maior parte da renda gerada, além de terem assegurado o mercado para a sua produção. Já do ponto de vista dos consumidores, os mesmos são beneficiados pela oferta de alimentos mais frescos, pois são derivados do próprio município e região e com menores preços, já que a relação produtor-consumidor exclui o sujeito (intermediário ou atravessador) que por um lado drena a renda camponesa e, por outro, torna maiores os preços pagos pelo consumidor final.

A existência de relações de proximidade na produção e distribuição de alimentos elimina tanto o valor subtraído dos agricultores, quanto aquele pago pelos consumidores dos custos referentes ao lucro dos atravessadores, dos comerciantes, dos desperdícios de alimentos e dos gastos desnecessários com armazenamento e transporte. Com isso, os agricultores podem receber mais por sua produção, aumentando a viabilidade do estabelecimento camponês e, por outro lado, o consumidor poderá pagar menos,

reduzindo os gastos com alimentos e aumentando o arcabouço nutricional de possibilidades de consumo.

No entanto, para que oferta e demanda estejam minimamente sintonizadas nas escalas local e regional, faz-se necessário romper com a lógica atualmente hegemônica na agricultura, na qual **a diversidade sucumbe à quantidade**. Reféns da comercialização por meio dos atravessadores, os agricultores têm suas escolhas regidas pela batuta do capital comercial que, por meio dos intermediários, impõem as quantidades mínimas a serem produzidas, condição para que os agricultores sejam “contemplados” com o deslocamento do caminhão até os seus estabelecimentos. Com isso, a diversidade de gêneros cultivados acaba referenciada nos produtos que estão com melhores preços. Ou seja, o agricultor está sempre investindo nos cultivos apontados pelo mercado capitalista como os mais aptos para uma determinada conjuntura.

Mesmo os agricultores capitalizados que possuem veículos próprios para o transporte dos seus produtos permanecem reféns da lógica dos atravessadores, pois ao comercializarem a sua produção com intermediários (grandes distribuidoras e centrais de entrepostos) também recebem valores muito menores que aqueles pagos pelo consumidor final, conforme constatei no ano de 2014 em entrevistas com produtores do município de Tupi Paulista/SP. Não obstante o fato de também estarem sujeitos à lógica de exploração do capital comercial, de maneira geral, conseguem comercializar seus produtos com melhores preços que aqueles desprovidos de meios próprios para buscar os mercados mais remuneradores.

Com isso, o controle da escala se coloca como questão de grande importância, tanto para o fortalecimento da família camponesa, quanto para a conquista da sua autonomia. Enquanto produto socialmente produzido, a escala remete, nesse caso, a pelo menos duas dimensões bastante específicas. Uma, relacionada à maneira de equacionar a relação quantidade *versus* diversidade no que diz respeito ao que é produzido no estabelecimento camponês, predominantemente de extensão reduzida. Outra, atrelada às possibilidades de transporte e comercialização daquilo que é produzido até os mercados mais próximos (local e regional), o que pode permitir que sejam estabelecidas relações de proximidade que trazem em si o potencial de romper com a exploração do mercado capitalista.

Nesse sentido, para escapar do jugo dos atravessadores, a diversidade compõe o substrato básico para a construção de alternativas de compatibilização para com a demanda

local e regional, tanto do ponto de vista quantitativo (pequenas áreas de produção), como qualitativo (diversidade de tipos cultivados). Além disso, a vulnerabilidade do camponês às adversidades inerentes à atividade agrícola, tanto do ponto de vista de mercado, quanto da ocorrência de intempéries climáticas também depende, dentre outros fatores, da **diversidade** cultivada no território camponês. Do mesmo modo, quanto maior o número de tipos de culturas alimentares praticadas, maiores serão as possibilidades de mercado, adequadas à demanda local e regional ao longo de todo o ano e a segurança do agricultor em relação à ocorrência de eventos climáticos extremos, tais como frio, seca, tempestades ou chuvas em excesso.

Na equação do estabelecimento camponês, composto na maioria das vezes por áreas de pequena extensão, quantidade *versus* diversidade podem traduzir soberania ou dependência. Nesse sentido, quanto menor a diversidade, maior a dependência do camponês em relação aos preços usurários impostos pelos atravessadores, posto que fica refém da comercialização indireta, pois os mercados locais pressupõem pequenas quantidades e diversidade. No caminho oposto, quanto maior a diversidade, melhores serão as condições de negociação dos preços, de compatibilização para com a demanda local e regional durante o ano todo, de segurança em relação à ocorrência de eventos climáticos extremos e, como produto disso tudo, maior será a soberania do camponês na incorporação da maior parte da renda gerada pelo trabalho no campo.

Entretanto, a questão da escala não se limita à equação quantidade *versus* diversidade, pois o alcance do camponês aos mercados (local e regional) está lastreado nas suas possibilidades materiais de deslocamento e transporte dos produtos. Assim, a noção de **produção ativa da escala** de Smith (2000) permite pensar a escala como expressão tanto da disputa social quanto geográfica para estabelecer fronteiras entre diferentes lugares (SMITH, 2000, p. 142), pois “é a escala geográfica que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado” (SMITH, 2000, p. 144). Nesse sentido, “**o acesso diferenciado no espaço conduz a diferenças de poder na construção da escala espacial da vida cotidiana**” (SMITH, 2000, p.149).

O autor utiliza a expressão “saltar escalas” para descrever a ampliação da espacialidade<sup>2</sup> de determinados sujeitos que, uma vez segregados por fronteiras espaciais

---

<sup>2</sup> No meu entendimento, a espacialidade diz respeito à expressão de um determinado sujeito na utilização do espaço geográfico com o objetivo de reprodução das relações sociais que carrega, sem com isso constituir territórios.

impostas “de cima para baixo” podem, com a utilização de recursos de transporte<sup>3</sup>, ampliar os limites espaciais que restringem a sua produção e reprodução da vida cotidiana a uma determinada parcela do espaço (SMITH, 2000). À luz dessa concepção, a escala permite entendermos a importância de um tipo qualquer de meio de transporte para a emancipação do campesinato em relação aos baixos preços impostos pelos atravessadores. Uma vez que a produção agrícola esteja referenciada na diversidade e nas pequenas escalas de produção, conforme indiquei anteriormente, os meios de transporte requisitados serão aqueles próximos às possibilidades materiais do campesinato, o que pode ser desde um pequeno trator com um reboque, um carro adaptado ou mesmo uma carroça de tração animal, dentre outras possibilidades.

Na dimensão do controle das escalas e dos fluxos alimentares, é precisamente o constrangimento da capacidade de mobilidade que deixa os agricultores camponeses reféns da exploração do capital comercial, pois ao investirem na agricultura convencional, com menor diversidade e maiores quantidades individuais por cultivo, ficam na dependência dos atravessadores para comercializar a sua produção. Nesse sentido, a escala exprime um complexo processo resultante das estruturas geográficas de interação social, cuja produção “é um lugar de luta política potencialmente intensa” (SMITH, 2000, p. 139), pois “a escala é um progenitor ativo de processos sociais” (SMITH, 2000, p. 143), responsável por demarcar “o sítio da disputa social, tanto o objeto quanto a resolução dessa disputa” (SMITH, 2000, p. 144).

No âmbito da análise proposta neste artigo, o processo de produção ativa da escala se dá, portanto, desde o modo como o camponês resolve a equação **quantidade versus diversidade** em relação às dimensões do seu estabelecimento, até as estratégias e recursos utilizados para “saltar escalas” impostas pelo sistema hegemônico de produção e abastecimento alimentar. O encontro entre produtores e consumidores consolida o território da soberania alimentar em uma determinada parcela do espaço, um território-rede (HAESBAERT, 2010) estruturado na articulação entre sujeitos que, mais que relações de interesse meramente comercial, constroem a escala da própria soberania em relação ao controle dos fluxos alimentares. Para o camponês, soberania em relação à apropriação da maior parcela da renda gerada pelo seu trabalho no campo; para o consumidor, soberania quanto à escolha daqueles alimentos que, mais que saciar a fome, reforçam a expressão de

---

<sup>3</sup> O estudo de Smith (2000) tem como referência o “veículo do sem-teto” que, por facilitar algumas necessidades básicas como transporte, descanso e abrigo, reforçam a “capacidade de subversão da mobilidade” dos sujeitos no espaço urbano (SMITH, 2000, p. 136).

um “mundo rural” cada vez mais necessário à construção de um **sistema alimentar**<sup>4</sup> saudável, acessível e emancipado do jugo dos atravessadores do capital comercial e industrial.

Se a dimensão do controle dos fluxos alimentares constitui um “primeiro passo” rumo à construção da **escala da soberania alimentar**, os passos seguintes estarão, indubitavelmente, atrelados à especificidade das técnicas utilizadas na produção de alimentos. Nesse sentido, merece destaque a oposição agricultura “industrial” *versus* agricultura agroecológica, pois enquanto a primeira pressupõe dependência em relação às máquinas e insumos industriais utilizados, a segunda implica no rompimento dessa lógica. Quantidades produzidas por cultivo, diversidade (número de tipos cultivados), dimensão do estabelecimento e escala de circulação da produção se ligam, portanto, à especificidade das técnicas utilizadas para, assim, determinar as prioridades da produção, o que traz no seu bojo a possibilidade de ruptura com o atual sistema alimentar.

Com o objetivo de transformar a agricultura convencional (altamente dependente de insumos industriais), de maneira a fazê-la viável e compatível do ponto de vista social, econômico e ambiental, emergem propostas de “reintegrar uma racionalidade ecológica à produção agrícola” (ALTIERI, 2008, p. 20). Nesse sentido, a ênfase está posta na substituição de tecnologias intensivas em insumos industriais, o que implica na passagem da utilização de agroquímicos de alto custo, que degradam e poluem o meio ambiente, para tecnologias de baixo uso de insumos externos. Não obstante, esta abordagem não afeta as verdadeiras causas ecológicas relacionadas aos problemas ambientais decorrentes da agricultura moderna, historicamente atreladas à estrutura monocultural dos latifúndios. As análises que apresentam o tema da sustentabilidade apenas como desafio tecnológico da produção, não atingem os reais motivos da insustentabilidade dos atuais sistemas agrícolas. Ou seja, a implementação de agroecossistemas verdadeiramente sustentáveis é impossível “sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido” (ALTIERI, 2008, p. 21).

Segundo o autor, uma agricultura realmente sustentável é possível apenas através de uma compreensão ampla acerca da “ecologia humana dos sistemas agrícolas” (ALTIERI, 2008, p. 21). De tal modo, a agroecologia oferece um rico arcabouço de princípios ecológicos para o estudo e tratamento de ecossistemas naturais e produzidos,

---

<sup>4</sup> O **sistema alimentar** diz respeito à organização do conjunto de objetos geográficos (plantações, estradas, armazéns, centrais de distribuição, mercados, entre outros) subentendidos à produção e distribuição de alimentos em um determinado recorte territorial.

base para a construção de uma agricultura socialmente justa e economicamente viável (ALTIERI, 2008). Uma abordagem agroecológica prioriza o desenvolvimento de agroecossistemas que dependam o mínimo possível de insumos agroquímicos industriais, substituídos por complexas interações ecológicas entre os componentes biológicos responsáveis pela fertilidade do solo, produtividade e preservação das culturas praticadas. A sustentabilidade da produção “em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes” (ALTIERI, 2008, p. 23).

Desse modo, para o campesinato emergente do século XXI, a terra é não apenas objeto de luta, mas também de práticas restauradoras destinadas ao desenvolvimento de “capital ecológico”, com o objetivo de reestabelecer direitos (das mulheres, de segurança da terra, de garantia à identidade territorial e cultural) e pavimentar as bases para a soberania alimentar (MCMICHAEL, 2014). Logo, para além do domínio das técnicas e materiais por meio da utilização de processos agroecológicos (e do equacionamento da relação quantidade *versus* diversidade em relação ao tamanho do estabelecimento), o controle da escala de comercialização via acionamento de mecanismos de transporte proporciona ao campesinato uma alternativa para “saltar” as escalas impostas pelo mercado capitalista.

Nesse contexto, o processo de construção social da escala traz em si a possibilidade de produção ativa da emancipação: dos camponeses, em relação aos atravessadores e aos preços usurários impostos pelo capital comercial e industrial e, ainda, dos consumidores de alimentos, beneficiados pela oferta diversificada, maior qualidade e menores preços derivados da relação direta entre produtores e consumidores. Da dependência à produção ativa da emancipação, avultam distintas alternativas para a construção da escala do encontro e da soberania e não da separação e da dependência. Portanto, escala é poder, expresso na forma de controle de frações do espaço pelas relações estabelecidas em sociedade. Enquanto mecanismo de controle do acesso diferenciado e desigual, a construção da escala serve aos que dela se apropriam. Ou seja, a escala em si não aprisiona nem emancipa, mas confere poder aos que nela vislumbram possibilidades de controle não apenas de parcelas do espaço geográfico, mas, sobretudo, dos fluxos derivados destes.

## **Considerações finais**

Em uma perspectiva metodológica, a escala de abordagem do abastecimento alimentar pode ser definida de acordo com o alcance das procedências subentendidas aos diversos gêneros alimentícios em relação ao território no qual os mesmos são consumidos, o que permite identificar a territorialidade do abastecimento: local, regional, nacional. Não obstante, conforme procurei demonstrar, a escala não se resume a níveis de análise preestabelecidos de maneira fixa e independente da construção do objeto pelo sujeito que pesquisa. No caso específico desse artigo, a escala é produto das relações sociais estabelecidas no âmbito da produção e distribuição de alimentos. Dessa forma, mais que uma simples relação de formas e medidas, a escala geográfica demarca os processos, conflitos e contradições responsáveis pela construção histórica e social da escala.

Pensado a partir da articulação de escalas responsável pela sua materialização, o abastecimento alimentar expressa o conjunto de relações envolvidas na definição do alcance das forças de ligação entre produtores e consumidores, o que configura e delimita a territorialidade do abastecimento numa dada porção do espaço. Além disso, analisar o abastecimento alimentar a partir das suas escalas de constituição torna possível identificar os objetivos e prioridades inerentes ao sistema alimentar atualmente hegemônico, assim como as suas consequências e propostas alternativas para a sua superação.

Nesse ponto, afirmo que, do ponto de vista do campesinato e da construção ativa de estratégias de emancipação em relação às amarras do capital comercial e industrial, o controle da escala de comercialização da produção se coloca como pressuposto fundamental para o estabelecimento de relações de proximidade entre produtores e consumidores, dotadas do substrato que pavimenta o caminho para a necessária transição da dependência à soberania. Se hoje os atravessadores detêm o controle sobre os fluxos alimentares da produção ao consumo, configurados como “pedágios” que cobram tanto de um lado (dos produtores, com a imposição de preços baixos), quanto de outro (dos consumidores, com preços especulativos), o futuro pode, a partir da construção ativa da escala, oferecer caminhos para que os alimentos sejam encarados na dimensão da comida e não apenas da mercadoria.

## Referências bibliográficas

- AGLIETTA, M. **A theory of capitalist regulation**. Londres: New Left Books, 1979.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Agroecologia%20-%20A%20din%C3%A2mica%20produtiva%20da%20agricultura%20sustent%C3%A1vel%20-%20Miguel%20Altieri%20-%20Editora%20UFRGS,%202008.pdf>>. Acesso em: 23/01/2017.
- BAHIANA, L. C. C. **Contribuição ao estudo da questão da escala na Geografia: escalas em Geografia urbana**. 1986. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro/RJ, 1986.
- CASTRO, I. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, J.; STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.
- FRIEDMANN, H. The Family farm and the international food regimes. In: SHANIN, T. (Org.) **Peasants and peasant societies**. Oxford: Penguin/Blackwell, 1987.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Unesp, 2014.
- OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.
- RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 123-135, 1983.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 23-47.
- SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica. In: ARANTES, A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p. 132-175.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I de.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VALÉRIO, V. J. O. **A segurança da dependência e os desafios da soberania**: expansão da agroindústria canavieira e a geografia do abastecimento alimentar no município de Tupi Paulista/SP. 2015. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Presidente Prudente/SP.

VIA CAMPESINA. **The right to produce and access to land**. Rome: Via Campesina, 1996. Disponível em: <<http://www.voiceoftheturtle.org/library/1996%20Declaration%20of%20Food%20Sovereignty.pdf>>. Acesso em: 25/11/2011.

WALLERSTEIN, I. **The modern world system**: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century. Nova York: Academic Press, 1974.